SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SRE)

DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS (DRPRI)

CONVITE

CONSULTA PRÉVIA 11/SRE-DRPRI/2022

"Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de instalações elétricas, sistemas AVAC, AQS e de tratamento de águas da piscina e do pavilhão do Porto Santo sob tutela da SRE-DRPRI."

FUNCHAL, 07 DE OUTUBRO DE 2022

Artigo 1.º

Identificação do procedimento

A Consulta Prévia n.º **11/SRE-DRPRI/2022** tem por objeto principal os serviços de manutenção preventiva e corretiva **de instalações elétricas, sistemas AVAC, AQS e de tratamento de águas da piscina e do pavilhão do Porto Santo sob tutela da SRE-DRPRI**, conforme descrito no Caderno de Encargos.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade pública contratante é a Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional de Educação (SRE) através da Direção Regional de Planeamento, Recursos e Infraestruturas (DRPRI), sita à Rua João Tavira, nº3, 9000-075, Funchal, telefone nº (351) 291 214750, fax nº (351) 291 231661, correio eletrónico: drpri@edu.madeira.gov.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Exmo. Senhor Diretor Regional de Planeamento, Recursos e Infraestruturas, no uso de competência própria conferida pela alínea a) do artigo 27.º do **Decreto Legislativo Regional n.º 28-A/2021/M, de 31 de dezembro,** o qual veio aprovar o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2022.

Artigo 4.º

Fundamento da escolha do procedimento

Este tipo de procedimento foi adotado em função do valor da aquisição, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º111-B/2017, de 31 de agosto, conjugado com o disposto no artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º6/2018/M, de 15, de março, o qual veio dar nova redação, entre outros, ao artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.

Artigo 5.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como a apresentação de uma lista de erros e omissões devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGOV, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados pelo órgão competente para a decisão de contratar ou pelo júri, também por escrito, através da plataforma eletrónica referida no ponto 1, até o termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3. Durante o prazo do procedimento, os interessados poderão visitar os estabelecimentos abrangidos por este procedimento desde que considerem indispensáveis à elaboração das suas propostas.

4. A visita referida no ponto anterior só será possível após a entrega de um requerimento por escrito do interessado, dirigido à Direção Regional de Planeamento, Recursos e Infraestruturas, a qual emitirá uma credencial para o efeito.

Artigo 6.º

Documentos que constituem as propostas

As propostas devem conter os seguintes documentos, os quais devem ser apresentados na plataforma eletrónica:

1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborado em conformidade com o modelo constante do Anexo I-M do Decreto Legislativo Regional nº34/2008/M, de 14 de julho, retificado pela Declaração de Retificação nº60/2008, de 10 de outubro, na sua atual redação;

2. Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe contratar devendo, obrigatoriamente, indicar:

   2.1. O **Preço total da Proposta:** para a prestação dos serviços objeto deste procedimento e de acordo com o "**Anexo I** do CE (Caderno de Encargos) – Lista de preços a apresentar pelo concorrente"

   2.2. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e por extenso e não incluem o I.V.A;

   2.3. A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o I.V.A., indicando-se o respetivo valor e taxa legal aplicável.

   2.4. Prazo de execução;

3. A não apresentação dos documentos constantes dos pontos 1 e 2 constitui motivo de exclusão da proposta, sem prejuízo do disposto no n.º3 do artigo 72.º do CCP.

4. Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.

5. A proposta deve ser apresentada de acordo com o modelo constante da Plataforma Eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

6. O concorrente obriga-se a manter a sua proposta por um prazo que não pode ser inferior a **66** dias, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se nada se requerer em contrário.

7. Os documentos que constituem a proposta nos termos do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos não podem ser redigidos em língua estrangeira, com exceção dos constantes nas alíneas b) e c) que poderão ser apresentados em Espanhol ou Inglês, conforme dispõe o artigo 58.º do mesmo diploma legal.

8. A proposta deverá ser assinada pelo concorrente e seus representantes de acordo com o legalmente estipulado.

9. A fim de facilitar as comunicações e notificações previstas no Código dos Contratos Públicos, deverão os concorrentes indicar um endereço de correio eletrónico, caso não seja possível efetuá-las na plataforma eletrónica.

Artigo 7.º

Propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 8.º

Apresentação de propostas

1. As propostas e os documentos que a acompanham devem ser apresentadas **até às 23:59H do dia 18 de outubro diretamente** na plataforma eletrónica de contratação **AcinGov.**

2. As propostas e os documentos que as acompanham têm de dar entrada na plataforma indicada pela entidade adjudicante, devendo a receção ocorrer dentro do prazo fixado no número anterior.

3. O adjudicante não será responsável por eventuais atrasos que se verifiquem na receção das propostas e que levem à sua não inclusão no conjunto das propostas concorrentes ao procedimento.

4. A data limite fixada no nº1 pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Convite, o Caderno de Encargos

ou os esclarecimentos solicitados não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.

5. A prorrogação do prazo prevista no número anterior beneficia todos os interessados.

Artigo 9.º

Modo de apresentação das propostas

A proposta, elaborada nos termos do Artigo 6.º, é apresentada através da plataforma eletrónica de contratação **AcinGOV**.

Artigo 10.º
Preço anormalmente baixo

O preço anormalmente baixo (abaixo do qual se considera estarmos em presença de um preço mínimo admissível, no sentido de ser inibida qualquer possibilidade de degradação dos serviços prestados) é calculado a partir do valor médio das restantes propostas apresentadas multiplicado por 0,95 ou (o que for menor) o preço base multiplicado por 0,9.

Artigo 11.º

Admissão das propostas

1. São excluídas as propostas cuja análise revele:

a. Que não apresentam algum dos atributos, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;

b. Que apresentem atributos que violem o parâmetro base fixado no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;

c. A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;

d. Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados pelo Júri;

e. Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;

f. A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;

g. Que apresentem preços só para parte dos serviços que a compõem.

2. A exclusão de quaisquer propostas com o fundamento no disposto nas alíneas d) e f) será imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência.

3. A exclusão de quaisquer propostas com o fundamento no disposto na alínea d) será comunicada à Comissão Europeia.

Artigo12.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 66 dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

Artigo 13.º

Critério de adjudicação

O critério de adjudicação será o monofator, conforme estipulado na **alínea b) do nº1 do artigo 74º do CCP** em que a avaliação do preço ou custo é o único aspeto da execução do contrato a celebrar.

Artigo 14.º

Critério de desempate

Em caso de empate nos preços apresentados aplicar-se-ão os seguintes critérios

de desempate:

1ºcritério: O que apresentar o VCI mais baixo para a infraestrutura: Pavilhão do Porto Santo;

2ºcritério: O que apresentar o VCI mais baixo para a infraestrutura: Piscina do Porto Santo.

Artigo 15.º
Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de **5 dias úteis** a contar da notificação da decisão de adjudicação os seguintes documentos de habilitação:

a) Declaração emitida conforme o Modelo Anexo II-M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto, na sua atual redação;

b) Documento comprovativo de que tem a sua situação regularizada relativa a contribuições para com a Segurança Social;

c) Documento comprovativo de que não é devedor de quaisquer importâncias à Fazenda Nacional;

d) Certidão permanente da empresa;

e) Registo Criminal da Empresa;

f) Registo Criminal do sócio ou sócios gerentes com poderes para obrigarem a sociedade;

g) Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, se for o caso);

h) Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10 e DMR);

i) Anexo Q da informação empresarial simplificada (IES).

j) Anexo R do I.V.A.

2. A documentação referida no número anterior deve ainda ser apresentada por eventuais subcontratados identificados na proposta do adjudicatário. No decurso da execução do contrato, a autorização do contraente público à subcontratação fica condicionada à apresentação daquela documentação relativa ao potencial subcontratado por parte do cocontratante.

3. Para além das causas de caducidade da adjudicação previstas no n.º1 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, na Região Autónoma da Madeira, constitui igualmente causa de caducidade da adjudicação o incorreto ou inadequado preenchimento dos documentos relativos às obrigações fiscais declarativas a apresentar pelo adjudicatário e ou subcontratados nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 7º do DLR nº34/2008/M, de 14 de agosto na redação dada pelo artigo 35º do DLR nº2/2011/M, de 10 de janeiro.

4. Os adjudicatários que não estejam legalmente obrigados ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da RAM devem apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação.

5. Quando o adjudicatário tenha declarado nos termos do artigo anterior que não preenche os pressupostos de incidência, previstos nos artigos 16.º, 17.º e 21.º da Lei das Finanças Regionais, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, não está obrigado a apresentar os documentos referidos nas alíneas g), h) e i).

6. Documento de habilitação técnica a apresentar pelo adjudicatário:

6.1 – Apresentar os seguintes documentos:

6.1.1 – O adjudicatário, deverá apresentar os seguintes documentos que contenham os termos ou condições relativas a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que este se vincule:

6.1.1.1 - Documento comprovativo de a empresa possuir **alvará válido** na 12ª subcategoria da 4ª categoria onde se enquadram os trabalhos de instalação e de manutenção de Aquecimento, Ventilação, Ar Condicionado e Refrigeração.

6.1.1.2 – Documento comprovativo de a empresa, nos termos do Decreto-Lei n.º 56/2011, de 21 de Abril, possuir **certificação válida** para instalação, manutenção ou assistência técnica em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor que contenham

gases fluorados com efeito de estufa emitida por um dos organismos de avaliação e certificação de empresas nesta área.

6.1.1.3 - Certificação da empresa no âmbito da Qualidade – A empresa deve possuir certificação na área da qualidade nos termos da **norma NP ISO9001:2000 ou em outra norma que seja equivalente ou que corresponda à revisão desta**.

6.1.1.4 **- A empresa deve apresentar comprovativos de possuir** os seguros necessários, com cobertura para **acidentes de trabalho, responsabilidade civil e outros essenciais à segurança da prestação de serviços** e de todo o pessoal afeto a esta (consoante o seu conteúdo funcional), bem como o comprovativo da validade dos mesmos, designadamente, através de documento que ateste o pagamento dos mesmos.

6.1.1.5 - Documentos comprovativos de habilitação e de experiência profissional, conforme exigido na cláusula 8 do CE, devendo apresentar **por cada técnico**:

a) **o currículo atualizado (com data de 2022) e assinado pelo técnico**, que indique que o técnico cumpre com o **tempo mínimo exigido** de experiência profissional na(s) área(s) que lhe serão afetas;
b) **o certificado de habilitação profissional** consoante o caso, apresentar declaração da respetiva ordem profissional (OE ou OET) atualizada (com data de 2022) ou cópia do certificado profissional emitido pelas entidades competentes para o efeito (DRETT ou DGGE ou ADENE, …).

6.1.1.6 - Os técnicos **devem estar vinculados ao candidato ou assumir compromisso de prestação de serviços durante o período em que vigorar o contrato,** fazendo prova dessa circunstância, nomeadamente, apresentando, documentos comprovativos que demonstrem a existência de vínculo contratual ou declaração de compromisso entre as partes (entre o candidato e o técnico), **válida para o período** em que vigorar a presente prestação de serviços e **para cada um dos técnicos** que constituem o quadro de pessoal exigido na cláusula 8ª do CE, consoante a opção de constituição de equipa técnica adotada.

6.1.2. Relativamente aos técnicos cuja **manutenção da certificação profissional válida** (entenda-se dentro do prazo de validade) **depende da frequência de formações**, excecionalmente, tendo em conta o recente contexto de pandemia em que determinadas formações de atualização técnica não puderam ser realizadas e/ou validadas/tratadas em tempo útil pelos serviços competentes, para efeitos de validação da capacidade técnica destes profissionais, **não será excluído o adjudicatário que apresente técnicos com certificados de habilitação técnica/profissional desatualizados**, independentemente da data em que as respetivas certificações foram realizadas. Da mesma forma que a data de obtenção do respetivo certificado de competências técnicas não tem que coincidir com o início da experiência profissional, ou seja, um técnico xy pode ter 10 anos de experiência profissional e ter um certificado obtido há apenas 2 anos ou em qualquer outra data, desde que esta seja anterior à data de apresentação da proposta a este procedimento de contratação pública.

7. Nos termos do artigo 86 do CCP a não apresentação de qualquer dos documentos indicados no ponto anterior pode originar a caducidade da adjudicação.

Artigo 16.º

Caução

Não é exigida a prestação de caução.

Artigo 17.º

Legislação aplicável

Em tudo o omisso no presente Programa do procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional nº34/2008/M, de 14 de agosto, nas suas atuais redações, e demais legislação aplicável.

ANEXOS: Anexos I-M e II-M

Caderno de Encargos

ANEXO I-M

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a).....
b).....

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.
5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo ii-M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e

artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II-M

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.
3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º